

3. Modernização, Modernidade e Tradição em Nova Friburgo

Neste segmento pretendemos fazer uma crítica analítica-regressiva da forma em que a cidade se estruturou no passado, que prevê a análise da realidade histórica descrita, sem fecha-la totalmente, isto é, deverão ser consideradas as contradições e as possibilidades. Assim pretendemos mostrar o processo de colonização do município, criando uma cultura singular, complexa e articulada em diversas escalas. Também temos como objetivo analisarmos o modelo de desenvolvimento fordista, criticando a fragmentação do pensamento e a especialização do conhecimento. Apesar de o modelo fordista ter sido muito incipiente no Brasil, em Nova Friburgo se fez presente intensamente devido à chegada dos colonos alemães no município no início do século XIX o que influenciou na sua forma de ocupação e urbanização.

3.1. Princípio da colonização, a chegada dos alemães e o processo de industrialização fordista: o desenvolvimento positivo

A colonização do território pertencente aos Municípios de Nova Friburgo e Cantagalo data do reinado de D. João VI, que autorizou, em 1818, a vinda de 100 famílias suíças, oriundas do cantão de Friburgo, para criação de uma “colônia”.

Monsenhor Pedro Machado de Miranda Malheiros (inspetor de colonização da cidade) instalou a sede da colônia, sob a denominação de Nova Friburgo, em vista da procedência dos colonizadores. As primeiras levas de colonos suíços chegaram, em número de 30 famílias, em fins de 1819 e começos de 1820, depois de serem construídos os edifícios imprescindíveis à vida da colônia, na região do Morro Queimado, no distrito de Amparo.

Em três de janeiro de 1820 considerando o progresso da colônia, o governo concedeu o alvará a Nova Friburgo de “Vila”, o que desmembrava suas terras da área de Cantagalo. A instalação da Vila verificou-se aos 17 de abril do mesmo ano, localizando-se a sede na povoação do Morro Queimado. Em 1823, foi incumbido o major George Antônio Scheffer de contratar, na Alemanha, a vinda de novos colonos para o Brasil, destinados às colônias de Leopoldina e Frankenthal, fundadas na Bahia em 1816. Os colonos foram desviados desses

destinos e por motivos ignorados encaminhados para Nova Friburgo, aonde chegaram no dia três de maio de 1824. Em 1831 terminou o sistema de administração especial da colônia, passando sua gestão à competência da Câmara da Vila.

Neste momento a produção do município de Nova Friburgo estava ligada à agricultura e à agropecuária. O café era o principal produto para região, foi um importante elemento para a chegada do trem na cidade em 1830, com o objetivo de escoar a produção proveniente da região de Friburgo e Cantagalo. O trem e o café foram essenciais para a transformação da paisagem do município durante este período. Foi esta técnica (plantio e escoamento) que levou o desenvolvimento e a modernidade para região, influenciando também no surgimento das primeiras indústrias. A ocupação territorial do município estava fundada em pequenas propriedades com múltipla produção (principalmente agropecuária diversificada e em menor escala a pecuária e caprinocultura) e grandes propriedades de café (mais característico do município de Catagalo do que de Nova Friburgo). Este foi o padrão espacial do município até a chegada dos colonos alemães, portugueses e libaneses no princípio do século XIX e final do século XX, quando a cidade começa a se industrializar intensamente. Os imigrantes libaneses e portugueses estavam mais ligados ao comércio de produtos e aos serviços em geral, enquanto os alemães se envolviam com a indústria.

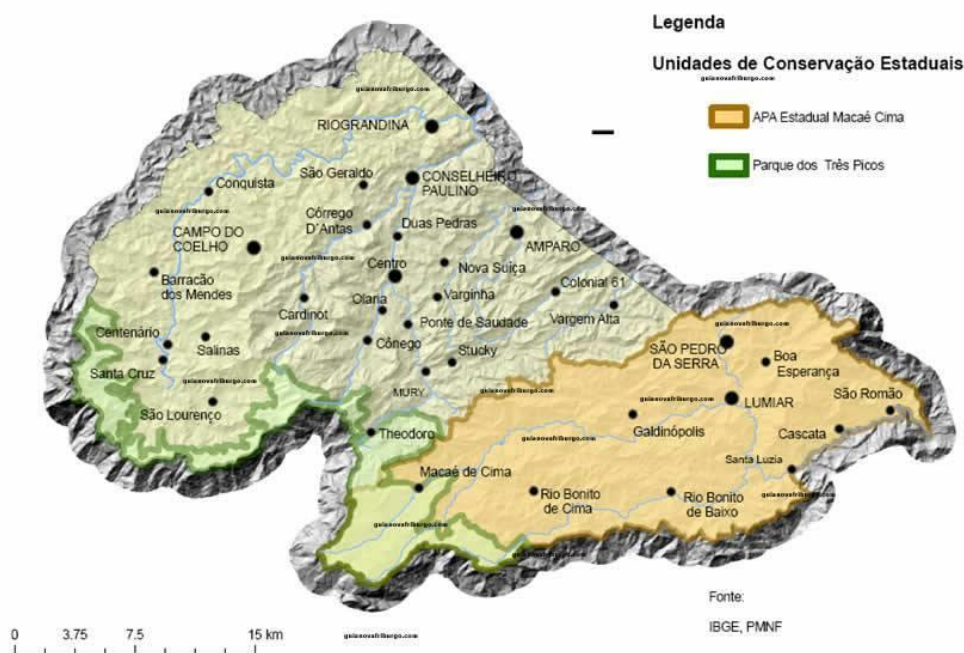
Durante este período, Nova Friburgo recebeu uma grande quantidade de imigrantes portugueses, turcos, libaneses e alemães. Chegaram vários indivíduos empreendedores de grande iniciativa, tais como Conselheiro Julius Arp, Maximilian Falck e William Peacock Denis, que foram os pioneiros da era industrial friburguense. A estes, se juntaram outros elementos de valor, provocando o surto de progresso de industrialização verificado até meados da década de 1980. A indústria que se desenvolvia em Friburgo era de base fordista. Havia na região a Ypú (indústria de couros), Arp e Filó (fábricas de rendas), Haga e Tinken (metal-mecânica), entre outras. Durante esse período a cidade se urbanizava e desenvolvia aceleradamente.

O processo de urbanização da cidade se concentrou principalmente na área central, abarcando o vale do rio Bengala. Conselheiro Julius Arp, grande

capitalista, proprietário da fábrica de rendas Arp, construiu uma hidroelétrica (Hidrelétrica Hans) no atual distrito de Mury, próximo à área central da cidade, onde se concentravam as indústrias, que abastecia a sua fábrica, e com o excedente de energia iluminava as ruas da cidade. Nova Friburgo se tornou assim uma das primeiras cidades brasileiras a possuir iluminação elétrica pública, antes mesmo da capital Rio de Janeiro.

No mapa a seguir, podemos observar os principais núcleos urbanos da cidade. Além das áreas de conservação, podemos observar no mapa abaixo os principais núcleos urbanos do município. A dissertação se propõe a estudar a principal contiguidade urbana, da cidade de Nova Friburgo. Observe no mapa que compreende o espaço dos vales que começam nos bairros do Cônego e do bairro de Mury, abarcando o vale Córrego D'Antas e o centro, chegando ao bairro de Riograndina

Mapa 3: Unidades de Conservação Estaduais de Nova Friburgo



Fonte: Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Nova Friburgo 2009.

Porém, apesar da modernidade trazer desenvolvimento, também traz consigo problemas ao ambiente. Como já dito anteriormente, o processo de urbanização da cidade se centrou principalmente na área que compreende o vale

do Rio Bengalas, área de inundação natural e região pantanosa. Foram plantados eucaliptos nas praças da cidade com o objetivo de drenar as águas da área de inundação, pois essas árvores são excelentes para captar águas do solo encharcado, o que possibilitava a urbanização. Essas espécies possuem raízes bivotantes especializadas na captura da água dos solos, elas estando geralmente associadas aos ambientes secos, por isso possuem tal mecanismo, pois necessitam acumular água nas estações mais secas. As águas foram drenadas e o rio constantemente alargado, porém a cidade sempre sofreu com inundações frequentes.

O processo de urbanização se acelerou e com ele a ocupação das encostas antes repletas de florestas tropicais atlântica montanhosa. Apesar da cidade, segundo fontes do IBGE (Censo 2010), ser a segunda de todo o estado do Rio de Janeiro em área florestada por m² e possuir apenas 275 casas em área de favelas, a cidade não tinha mais para onde crescer, pois o vale do rio Bengalas (uma das poucas áreas planas) já estava ocupado quase completamente. O processo de urbanização seguiu em direção às áreas mais elevadas, e para norte, região relativamente plana no distrito de Conselheiro Paulino e Campo do Coelho, seguindo o vale dos rios da região. Ou seja, a cidade crescia e se urbanizava sem um planejamento prévio, e sem o conhecimento dos processos naturais erosivos em áreas tropicais, as quais são muito mais dinâmicas comparadas aos sistemas temperados dos seus colonizadores.

Até os anos de 1980, espaço de tempo em que o modelo fordista foi a característica dominante na reprodução da vida cotidiana na cidade, o processo de ocupação e uso dos recursos deste território estavam ligados a uma racionalidade linear e evolutiva, que via o desenvolvimento como um fim, e tinham nos países centrais como modelo o qual os países periféricos deveriam alcançar. Na realidade, esse conjunto de argumentos é uma forma de ocidentalização do mundo, em que se vende um modelo como única alternativa, ideias que manipulam e instituem as mesmas nações coloniais no poder subordinado em escala global, porém com um discurso de civilidade, desenvolvimento e progresso. São teorias baseadas na ciência positivista que tinha o darwinismo

como embasamento epistemológico e viam o desenvolvimento como uma etapa, naturalizando um processo que se manifesta em múltiplas escalas e dimensões.

Segundo Castoriadis (2002), o discurso de desenvolvimento designa um complexo de ideias que traduzem a ação e o pensamento ocidental, não o ocidente como dimensão cartográfica, nem mais uma determinada sociedade (eurocentrica), mas sim, todo um sistema de concepções que nos remetem a um determinado tipo de sociedade, aquela desenvolvida, industrializada, urbanizada, capitalista, secular e moderna. Essas ideias tem sua origem durante o século XVI durante o Iluminismo, quando se pensava desenvolvimento como um fim, uma intenção, domínio da razão e da ciência. As cidades eram pensadas em analogia ao conhecimento científico racional, moderno e capitalista. Assim, as sociedades passam a agir em nome do desenvolvimento, formulando doutrinas e políticas com a única finalidade de modernizar-se. Portanto, o desafio em relação à modernidade é político.

Essas teorias surgiram a partir do darwinismo social, onde se acreditava em padrões de desenvolvimento que iriam do primitivo ao moderno. Logo, a modernização deveria resultar na universalização da cultura própria da sociedade industrial e moderna, o que acarretaria em uma homogeneização. Esse discurso faz com que as sociedades acreditem neste modelo civilizatório (europeu e mais recentemente norte-americano) como alternativa única para o desenvolvimento. Apesar de amplamente difundido mostrou-se vazio e incapaz de cumprir as promessas de melhoria para grande parte da população, gerando aquilo que Harvey (2006) e Löwy (1995) caracterizaram como desenvolvimento desigual e combinado. Löwy (1995) realiza uma importante reflexão sobre o imperialismo, elaborando uma tentativa significativa de romper com o evolucionismo e a ideologia do progresso linear e eurocentrista. Ele traz a teoria do desenvolvimento desigual de Trotsky para realizar uma crítica à realidade social capitalista na contemporaneidade:

“[...] no primeiro capítulo de sua História da Revolução Russa (1930), que encontramos enfim uma apresentação explícita e coerente – apesar de brevemente – da teoria de desenvolvimento desigual e combinado. A hipótese que funda esta teoria pode ser formulada aproximadamente nos seguintes termos: com a ascensão do capitalismo a um sistema mundial, a história mundial torna-se uma totalidade concreta (contraditória) e as condições do desenvolvimento social e

econômico conhecem uma mudança qualitativa: o capitalismo (...) preparou e, num certo sentido, realizou a universalidade e a permanência do desenvolvimento da humanidade. Por isto está excluída a possibilidade de uma repetição das formas de desenvolvimento de diversas nações. Forçado a se colocar a reboque dos países avançados, um país atrasado não se conforma com a ordem de sucessão (...). As sociedades menos desenvolvidas têm a possibilidade, ou, mais exatamente, são obrigadas a adotar certos traços avançados saltando as etapas intermediárias. (...) O desenvolvimento de uma nação historicamente atrasada conduz, necessariamente, a uma condição original das diversidades. A órbita descrita toma, em seu conjunto, um caráter irregular, complexo e combinado.” (LÖWY, MICHAEL 1995, p.5).

Como vemos, a adoção do modelo ocidental e moderno de desenvolvimento muda a realidade social local, subvertendo-a a favor da lógica de mercado. Os capitalistas se aproveitam da matéria prima e mão de obra de países com culturas particulares, as apropriando dando àquilo que tinha apenas um valor de uso, valor de troca, subvertendo-as e as homogeneizando. Ao contrario daquilo que o discurso sobre o desenvolvimento vinha defendendo ele não trouxe equidade social para as diversas populações ao redor do mundo, principalmente nos países considerados “subdesenvolvidos” cujas desigualdades sociais aumentaram internamente. Latouche (1994), nos mostra os limites do modelo de desenvolvimento:

“Este fracasso, ou seus limites, é duplo; ele se embasa nas contradições mesmas do projeto ocidental e encontra a sua fonte em seu seio. Ele se sustenta, aliás, na decomposição da forma de ligação societal em que se desabrochou a modernidade: o Estado-nação. O primeiro aspecto do fracasso da ocidentalização manifesta-se na falência do desenvolvimento econômico no Terceiro Mundo. O desenvolvimento econômico, com efeito, constitui a base do projeto da modernidade; ele integra a concepção demiúrgica e “prometeusiana” do ocidente com seus mitos de progresso, da ciência e da técnica. O segundo aspecto do fracasso da ocidentalização manifesta-se pelo desaparecimento de um espaço social ao qual o processo de ocidentalização poderia se prender.” (LATOUCHE, Serge. 1994, p.83)

Assim como podemos perceber na citação anterior, o modelo de desenvolvimento vem respaldado por um discurso racional e científico. Quando há uma crise do modelo de ciência positiva há uma crise do modelo de desenvolvimento universal. Morin (1999), nos mostra que no domínio da ciência haviam três poderosas ideias: (1) o universo ordenado; (2) o princípio da separação; e (3) razão – coerente de acordo com princípios clássicos. Nas concepções de ciência clássica a pesquisa do conhecimento é no fundo a busca por certezas, seja na ciência ou filosofia. Buscamos o fundamento absolutamente

garantido sobre o qual podemos desenvolver o conhecimento e o pensamento humano. Porém, Morin nos mostra que hoje devemos buscar um caminho para uma razão aberta se opondo à razão do princípio clássico.

No ápice da modernidade o desenvolvimento chegou a significar um crescimento indefinido, e a sua maturidade a capacidade de se desenvolver sem fim. Assim foi concebido o desenvolvimento como ideologia, mas também em um nível mais profundo, enquanto significação imaginária e social. Castoriadis (1987) apresenta alguns postulados que continuam a ser concebidos e consubstanciados pela modernidade, dentre eles os mais importantes parecem ser: (1) a “onipresença” virtual da técnica; (2) a ilusão “assintótica” relativa ao conhecimento científico; (3) a “racionalidade” dos mecanismos econômicos; (4) diversos lemas sobre a sociedade e sobre o homem. Estes postulados se modificam ao decorrer do tempo, se implicam, todos, à natureza do homem e da sociedade, e estão “naturalmente” predestinados ao progresso e ao crescimento.

Mas a crise do desenvolvimento também significa a crise destes postulados e das concorrentes significações imaginárias. Nessa concepção vemos que o processo de ocidentalização do mundo é múltiplo e complexo, desigual e contraditório. Do caráter desigual do processo de expansão do modelo capitalista surge a sua própria crise interna, após a década de 1960 nos países mais “modernizados” e na década de 1980 nos países “periféricos” surgem teorias que visam à apropriação de culturas locais e especificidades culturais ou ambientais para continuar e reforçar o desenvolvimento, baseada no modelo capitalista, são as teorias de desenvolvimento local. É percebido o crescimento de políticas relacionadas aos modelos dos distritos industriais italianos, à governança local, entre outros.

3.2.

Construindo Um mito: Nova Friburgo, a Suíça Brasileira.

Nesse segmento pretendemos fazer uma análise complexa da realidade de Nova Friburgo de uma forma aberta, avaliando quais formas de reprodução ainda são recorrentes na realidade dos atores que fazem parte da realidade social da cidade.

A cidade de Nova Friburgo teve a sua origem com o processo de criação de núcleos coloniais de povoamento e urbanização articulados à Província do Rio de Janeiro. Tal programa foi intermediado pelas Campanhas de Colonização, cujo intento civilizatório pretendia com a imigração de mão de obra estrangeira, tornar branca ou mestiça a população brasileira. Pois naquele período acreditava-se que a mão de obra de um país acordava com a prática de organização espacial e de planejamento de um território. Ou seja, a falta de trabalhadores acostumados com as práticas condicionadas ao trabalho industrial e assalariado tornava o Brasil atrasado em sua organização espacial. A maioria da população escrava fazia do Brasil um país atrasado economicamente, politicamente e socialmente.

Porém, até a chegada dos alemães entre o final do século XIX e o início do século XX a cidade pouco se industrializou ou urbanizou. Os colonos suíços que se instalaram na cidade eram pobres agricultores que fugiam da fome e das eminentes guerras que sacudiram o território europeu durante o século XVIII. Estes acabaram por reproduzir relativamente as formas de produção do seu território original. Eram majoritariamente pequenos agricultores e pecuaristas, que produziam leite, queijo de cabra, tomates, alfaces, a cidade se configurava em pequenos núcleos habitacionais com propriedades de múltipla produção, inclusive o centro da cidade, foco do nosso estudo era pouco habitado. O território que compreende a cidade de Nova Friburgo começou a ser povoado com a chegada dos colonos alemães que montaram seu primeiro acampamento no bairro do Paysandu (centro da cidade), eram colonos burgueses capitalizados e foram os principais responsáveis pelo rápido processo de industrialização pelo qual este espaço passou no século XIX.

O processo de colonização gerou a formulação temporal de uma ideologia, resultado da articulação de diferentes grupos da elite local, integrando empresários e industriais de origem alemã e chefes políticos, que apoiados por alguns intelectuais sustentaram a visão mítica de Nova Friburgo como a Suíça Brasileira. Para Araújo (2003), a montagem desse mito teve a intenção de disciplinar a população trabalhadora local da cidade, que deveria acreditar em viver em um lugar de natureza bela, pujante e de migração histórica decorrida de homens e mulheres oriundos da Suíça. Discursos, artigos jornalísticos, livros e festejos

comemorativos da cidade foram e ainda são estratégias usadas para a consolidação dessa imagem.

O “Mito da Suíça Brasileira” nos parece um processo de construção ideológica, decorrente da industrialização acontecida na cidade decorrente de investimentos de colonizadores alemães, que se estabeleceram na cidade por volta do final do século XVIII e início do século XIX. A ideologia criadora do mito sistematizou-se com a construção das indústrias na cidade (de base texto e metal mecânica) a articulação entre o empresariado alemão e a elite local de tendência conservadora, foi a responsável pelo interesse na criação de uma classe trabalhadora dócil e de fácil manipulação (ARAÚJO, 2003).

Nesse sentido se parte do pressuposto que a ideologia de uma sociedade deve ser entendida como a ideologia da “classe dominante” que se instala em um determinado espaço. No caso da cidade de Nova Friburgo, a questão da ideologia está diretamente associada à classe burguesa que ali se instalava. Gramsci (1978) concebe a ideologia como uma “concepção” ou uma “visão de mundo” que se manifesta implicitamente nas artes, no direito, na economia e em todas as manifestações na vida individual e coletiva. Efetivamente trata-se de uma concepção de aponta para a construção de uma “cultura” como o elemento central da dominação burguesa em uma sociedade capitalista.

Portanto, o que define a ideologia é sua situação real em determinado tipo de sociedade e o princípio que a norteia é o de “que as ideias não nascem de outras ideias, que as filosofias não nascem de outras filosofias, mas são as expressões sempre renovadas do desenvolvimento histórico real” (GRAMSCI, 1978 p. 22). Neste ponto, cabe salientar que estas visões de mundo nunca são apenas fatos individuais, mas sim expressão da vida comunitária de um bloco social, de um sujeito coletivo real, razão pela qual Gramsci as chama de “ideologias orgânicas”. São elas que, através de um discurso apropriado, mobilizam, articulam e direcionam as ações das classes.

É necessário, por conseguinte, distinguir entre ideologias historicamente orgânicas, isto é, que são necessárias a uma determinada estrutura, e ideologias arbitrárias, racionalistas, “desejadas”. Na medida em que são historicamente necessárias, as ideologias têm uma validade que é validade “psicológica”: elas “organizam” as massas humanas, formam o terreno sobre o qual os homens se

movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam etc. Na medida em que são “arbitrárias”, elas não criam senão movimentos individuais, polêmicas, etc. (GRAMSCI, 1978 p. 62-3).

As ideologias “organizam as massas humanas, formam o terreno sobre o qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam etc.” (GRAMSCI, 1978 p. 62). Esta construção já estava em Marx e Engels, em *A Ideologia Alemã*, (1984, p. 72) da seguinte maneira:

As ideias (‘Gedanken’) da classe dominante são em cada época, as ideias dominantes; isto é, a classe que é a força material dominante na sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem a sua disposição os meios de produção material dispõe, ao mesmo tempo, dos meios de produção espiritual, o que faz com que a ela sejam submetidas, ao mesmo tempo e em média, as ideias daqueles aos quais faltam os meios de produção espiritual.

Mais a frente, os autores (MARX E ENGELS, 1984 p.74) também mostram a necessidade de intervenção nos elementos ideológicos para a classe que se quer dominante:

Com efeito, cada nova classe que toma o lugar da que dominava antes dela é obrigada, para alcançar os fins a que se propõe, a apresentar seus interesses como sendo o interesse comum de todos os membros da sociedade, isto é, para expressar isso mesmo em termos ideais: é obrigada a emprestar as suas idéias a forma de universalidade, a apresentá-las como sendo as únicas racionais, as únicas universalmente válidas.

Ao tratar da ideologia como visão de mundo, como racionalidade de classe, Gramsci (1978) ajuda a compreender como as classes se articulam em torno dos seus projetos e lutam, seja para manter sua posição hegemônica na sociedade, seja para construir outro tipo de racionalidade. Dessa forma, pode-se melhor entender os caminhos escolhidos pelas classes sociais e suas organizações e o nível de crítica ou integração que determinada classe tem em relação às outras racionalidades. O economicismo ajuda a perceber se os parâmetros e a postura assumidos pela classe trabalhadora e se ela caminha para emancipação política ou para manutenção da sua posição subalterna.

O economicismo, ao naturalizar o capitalismo, permite sedimentar o pacto capital-trabalho. À medida que as instituições e organizações da classe trabalhadora operam dentro da ideologia capitalista promovem sua integração à ordem vigente. A expectativa de chegar ao governo (qualificando-se para ser o

gerente de acordo com as regras do jogo) e o abandono da perspectiva classista reforçam ainda mais esta integração. No período específico que a cidade de Nova Friburgo se urbaniza e industrializa o crescimento econômico foi dito como um fim e a industrialização generalizada aos moldes europeus como a meta que todos os outros países deveriam alcançar. O economicismo é o padrão de desenvolvimento aplicado em todo mundo, principalmente até os choques do petróleo na década de 1970 nos países centrais, pois tinha em seu fundamento o positivismo, que influenciou as mais diversas manifestações humanas no mundo, partindo da ciência, sendo aplicada na arquitetura, na forma com que a produção do espaço é produzida e na produção e reprodução da vida cotidiana (sobretudo a partir do trabalho taylorista).

O Estado é sempre um Estado de classe, e ele ganha um importante papel neste contexto, pois é quem legitima o poder. O Estado, ao constituir-se como forma de dominação e organização das classes, se equilibra entre a tarefa de “educar” as massas, adaptando-as a determinado tipo de comportamento (conformismo) e, ao mesmo tempo, busca reprimir todo aquele comportamento inadequado às formas de viver e produzir socialmente dominantes.

A classe dominante organiza toda a vida nacional (social, cultural) construindo em torno do Estado um sistema de aparelhos (privados, semipúblicos e públicos) que constituem as diversas projeções da função de direção política na sociedade civil (GRAMSCI, 1980 p. 149).

Ao analisar o processo de expansão do capitalismo da sua época, Gramsci percebe que em sociedades, onde este ideário se tornou o senso comum dessas sociedades será menos necessário o uso da força, ou seja, quanto mais consolidado estiver o capitalismo, maior ênfase será dada às dimensões de direção do que ao uso da força (sem ignorá-lo, é claro) e maior será a supremacia burguesa.

Assim, fordismo, regime parlamentar, e formação intensa de modos uniformes e estandardizados de valores (conformismo de massas) formavam, na hipótese gramsciana, os três tentáculos articulados de modernização do Estado burguês e de sua ‘trama privada’ (GUIMARÃES, 1996, p. 61).

Conjuntamente ao processo de construção de uma ideologia do lugar, e ideologia da classe proletária, que visava criar um ambiente de trabalho industrial

comportado, aliado aos interesses daqueles que possuíam o poder sobre os meios de produção e reprodução da vida cotidiana, os capitalistas industriais, um projeto de desenvolvimento e urbanização da cidade se desenrolava. Projeto que estava completamente vinculado aos interesses que faziam parte do plano idealizado pelos capitalistas alemães e pelas elites locais. Outro conceito que nos parece de extrema importância para o entendimento deste processo é o conceito desenvolvido por Lefebvre (1996) sobre as “representações do espaço”; a noção de representação nesse sentido não deve ser vista como algo fechado, porém deve ser entendido como algo aberto, ativo e em constante modificação, por sintetizar as relações dinâmicas entre as criações humanas, sendo elas coletivas ou individuais.

Portanto, o conceito de representações do espaço se faz presente em todo o desenvolvimento deste trabalho. Não apenas quando citamos a questão do mito construído da “Suíça brasileira”, mas principalmente no momento de sua invenção e construção. E nesse sentido partimos do pressuposto que podemos relacionar o processo de industrialização da cidade de Nova Friburgo com a migração de alemães no século XIX com a ideia de modernização (estabelecida a partir de concepções da ciência positivista e estruturas fordistas), e a construção do mito de uma cidade feliz, sem contradições e sem conflitos, uma cidade que vende a ideia da representação de ordem, exemplificado pelo mito da “Suíça Brasileira” ou mais recentemente o *slogan* “a cidade dentro de um parque”.

A construção do mito está associada a muitas representações que ainda existem na cidade até os dias atuais. Como festas típicas, que são diversas: a festa das flores (a cidade é grande produtora de flores, grande parte delas provinda do bairro de Vargem Alta, local de colonização japonesa), a festa da truta (produto típico), festas de chocolates, o festival de inverno e a festa da cerveja; os dois últimos, inclusive, celebram a cultura dos colonizadores da cidade. Os festejos comemorativos do centenário da cidade foram os primeiros a resgatar as tradições dos colonizadores. A festa de aniversário da cidade acontece concomitantemente com a festa da cerveja. Ela pode ser vista como a “festa da ordem”, pois foi a partir dela que houve a segmentação das ideias, ideologias e discursos do mito da “Suíça brasileira”, e pretendia-se consolidar a cultura proletária e subordinada.

Consideramos as festas como momento crucial para a construção das bases ideológicas que deram início ao processo de industrialização da cidade, que apesar de já ter sua origem no final do século XIX é na segunda década do século XX que esse processo se intensifica.

Entendemos a construção de um discurso de ordem e estabilidade ligado à cultura e ideologia europeia. A construção do mito relacionando a cidade de Nova Friburgo à Suíça mostra a intenção dos capitalistas e das elites locais em associar o território de Nova Friburgo com dimensão de ordem normalmente relacionamos à países ricos, modernos e industrializados. Esse discurso se associa com a intenção por parte do governo federal em industrializar, modernizar e desenvolver o Brasil no início do século XX, tirar o país do atraso associado à cultura escravocrata, ao trabalho forçado e à produção associada ao setor primário da economia. Estabelecer a política de ordem no território da cidade fomenta a reprodução do capital nacional e internacional. A cidade parece desde seu princípio, um paraíso para o desenvolvimento capitalista.

Porém, como bem manifesta Araújo (2003), o processo de industrialização de Nova Friburgo traz consigo alguns fatores característicos urbanos. O autor mostra que houve durante o período de industrialização da cidade um crescimento desordenado de sua população. Existiu um grande acréscimo na população da cidade de imigrantes pobres e negros oriundos das fazendas decadentes do médio Paraíba que foram atraídos para a cidade pelos discursos “europizantes” de modernização. As relações entre essa população e a população da cidade criavam conflitos entre a classe dominante na cidade, como é relatado nos jornais da época. Em um período de aprofundamento e inserção do Brasil nas relações capitalistas no mundo, a valorização da força de trabalho estava em alta, enquanto a “vadiagem” dos negros e dos pobres em geral era desprezada, ou até mesmo temida. O autor narra vários fatos relatados pelos jornais locais relacionados à mendicância, à pequenos furtos e roubos.

Vemos nesse sentido, que aliada ao crescimento e industrialização da cidade durante o início do século XX, Nova Friburgo também enfrentou problemas urbanos relacionados à característica desordenada do seu crescimento. Porém, o discurso que se havia construído e deveria ser reforçado era que a cidade

foi estabelecida pela ordem, cotidiano pacato e seguro. O mesmo autor continua afirmando em sua tese que a cidade cresce juntamente com essa população pobre e marginalizada, e que posteriormente com a implementação das indústrias na cidade, essa população é realocada e incorporada ao sistema capitalista de produção pelos alemães, a partir da indústria fordista com características autoritárias.

Araújo (2003) também mostra como a ferrovia que cruzava a cidade, foi importante para a economia de Friburgo e da região durante o final do século XIX, principalmente por estar associada à economia cafeeira que foi base da exportação brasileira, e principal atividade produtiva do interior do estado do Rio de Janeiro até então, porém o crescimento industrial e a desarticulação da economia cafeeira no início do século fez com que este tipo de produção se torna secundária em alguns territórios, entre eles a cidade de Friburgo. Porém, a ferrovia que chegou à cidade por meio dos aristocratas produtores de café foi importante para o estabelecimento de indústrias na região. A infraestrutura criada pela lógica capitalista anterior (ligada à produção agrária) foi importante para que o novo padrão produtivo se desenvolvesse na cidade com a chegada do capital alemão.

O autor demonstra como a linha de ferro também foi importante, e em certa parte responsável pelo processo de urbanização da cidade, pois a população que se estabelecia na cidade centrou-se principalmente em seu entorno, nas margens do Rio Bengalas, e posteriormente o crescimento de população urbana foi em direção ao bairro de Conselheiro Paulino, ao norte, em direção à cidade de Cantagalo (ainda grande produtora de café). Ou seja, a linha de ferro estabeleceu uma influencia marcante no modo de vida da população do município, pois era o elemento de contato que a cidade possuía com a metrópole do Rio de Janeiro, e por ela chegavam ideias modernas associadas à centralidade que a capital exercia em todo o Brasil, além de configurar o processo de ocupação da cidade.

A chegada de empresários de origem alemã em Nova Friburgo, entre eles: Peter Julius Ferdinand Arp e Maximilian Falk no ano de 1910 que iniciaram suas atividades industriais em 1911, após a criação das firmas M. Singen e Cia e M. Falk e Cia, é inegavelmente um marco histórico para o município. Tais eventos associados com a criação da Companhia de Eletricidade, que era controlada e

fornecia elétrica para a indústria de Julius Arp foram de extrema importância para o processo de desenvolvimento fordista na cidade.

Alguns fatores são considerados importantes para a alocação de empresas de cunho industrial na cidade: em primeiro lugar precisamos pensar a expansão do capitalismo em Nova Friburgo com a expansão de cunho capitalista em todo mundo, Em seguida, verificamos os fatores internos que levaram a cidade a industrializar-se.

Muitos são os fatores que explicam a escolha da cidade para alocar investimentos de famílias de origem alemã. Entre eles estão as seguintes: apoios fiscais, proximidade de grandes centros consumidores, os quais Nova Friburgo já estava ligada por via férrea, isenção de taxas de transporte e matéria prima e energia elétrica em vias de ser instalada (ARAÚJO, 2003). Entre estes fatores o autor também relaciona às vantagens de Nova Friburgo estar próxima da capital federal, e conseqüentemente ao seu mercado consumidor. Ainda complementa dizendo que Julius Arp tinha a intenção de implantar sua fábrica de rendas no interior do estado de Santa Catarina, porém o estado exigia algumas taxas as quais não eram exigidas pelo estado do Rio de Janeiro. Outro fator que é relacionado pelo autor foi o fato de na cidade já existir uma colônia alemã desde 1824, e constituída com certa solidez, havendo na cidade também a presença de uma igreja luterana e um cemitério alemão. Além disso, a cidade possuía alguma infraestrutura urbana, o que propiciava certo conforto.

Peter Julius Arp é considerado um dos capitalistas que mais incentivavam o processo de industrialização em Nova Friburgo. Nasceu em 26 de Março de 1858 em Fahrem Holstein, na Alemanha, e era filho de Joachim Arp e Gretze Klindt Arp. Aos 23 anos veio para o Brasil, chegando ao Rio de Janeiro em 9 de Janeiro de 1882. Inicialmente fixou-se na cidade de Santos, dedicando-se ao comércio de café, retornando mais tarde ao Rio de Janeiro, empregando-se em uma empresa de importação de máquinas de costura, brinquedos e armas⁴⁷. Tratava-se da firma M. Nothmann & Cia, pertencente a Maximillian Nothmann e à sua esposa Clara Nothmann. Em 1895, após a morte de M. Nothamann, tal firma foi transferida para uma nova firma, ARP & Cia, tendo como sócio Julius Arp, participando com um capital equivalente a cento e oitenta contos de réis, e José

Ribeiro de Araújo, este participando com capital equivalente a cem contos de réis. A nova empresa situava-se na Rua do Ouvidor, número 68, no Rio de Janeiro. No mesmo ano de 1895 a junta comercial do Rio de Janeiro concedia a Julius Arp a carta de comerciante matriculado.

No ano de 1900, a empresa Arp & Cia entra no ramo industrial associando-se em Joinville a Ottomar Kaiser, dono de uma fábrica de meias e fundador da empresa Kaiser & Cia. A produção dessa indústria seria comercializada, na cidade do Rio de Janeiro, pela empresa Arp & Cia, sócia oficial do empreendimento. Em Joinville, Julius Arp conheceu o caixeiro viajante Markus Sinjen, funcionário da empresa importadora Ernesto Beck e Cia, contratando-o, mais tarde, para gerenciar a Arp & Cia no Rio de Janeiro. Markus Sinjen tornar-se-á um dos sócios de Julius Arp nos empreendimentos situados em Nova Friburgo.

Os primeiros contatos com Nova Friburgo aconteceram através do amigo pessoal e corretor da Bolsa de Valores, o alemão Maximilliann Falck, sócio da empresa Dennis e Falck que adquirira, em 1911, o Sítio Ypu. Falck nascera em Berlim, no ano de 1865 e teria vindo para o Brasil, aos vinte e seis anos de idade, como funcionário do Brasiltanische Bank Fuer Deutschland.

A aproximação dos empresários Falck e Arp, assim como as dificuldades percebidas junto ao governo catarinense para instalação da fábrica de rendas em Joinville, fizeram com que os planos de Julius Arp tenham sido modificados no sentido de transferência daquele empreendimento para Nova Friburgo.

A análise da pequena biografia de Julius Arp e M. Falck não nos deixa dúvidas quanto às origens dos capitais responsáveis pelo processo industrial de Nova Friburgo. Cremos ser bastante evidente que tais capitais provieram dos setores comercial e financeiro de origem alemã. Estes investidores alemães se fizeram empresários através de empreendimentos ligados ao setor comercial de importação e exportação, bem como atividades ligadas à Bolsa de Valores. Este processo foi intensificado principalmente durante as duas grandes guerras, quando o país precisou industrializar-se, pois os países produtores de bens industrializados estavam em guerra.

Portanto, nesse processo a cidade de Nova Friburgo tem o seu desenvolvimento estruturado a partir da consolidação do capital industrial e financeiro provindo dos países centrais, inclusive o capital aplicado nesse espaço era de origem estrangeira. Este espaço se modernizava, e ao mesmo tempo se tornava mais complexo por apresentar mais estruturas e diferentes relações que vão da escala do afetivo ao trabalho. Esta forma de desenvolvimento teve sobretudo a sua fundação nas ideias relativas ao progresso, concepções provindas das teorias da corrente positiva.

Rua (2007) afirma que a modernização, como base concreta da modernidade, teve como conceito-gêmeo o progresso, e a ambos foram, após a Segunda Guerra Mundial, acrescentado o conceito-síntese de desenvolvimento, que passou a expressar aquela base concreta. Evolucionista, como os anteriores, de caráter sempre positivo, como os dois conceitos que o têm acompanhado (progresso e modernização), o desenvolvimento tem se mostrado ainda mais forte ideologicamente. Além do caráter positivo e evolucionista, sintetiza, também, um projeto civilizatório ocidental que o coloca como instrumento operativo de um paradigma a ser seguido por todos os modelos de sociedade, como veremos.

O mesmo autor afirma que o instrumental mais evidente da modernização e, mais recentemente, do desenvolvimento têm sido as técnicas, um conjunto de elementos materiais e imateriais que marca a dinâmica da sociedade como elemento fundamental nas relações entre essa dinâmica e a da natureza. Elementos que foram construídos na cidade de Nova Friburgo, tendo um dos seus elementos, a construção desses diversos mitos. A construção de uma cultura, de tradições que tem como referencia os hábitos, a forma de produção, urbanização e racionalização do espaço de seus colonizadores. O exemplo mais empírico desse processo são as diversas casas que tendem a reproduzir formas das casas de seus ascendentes. Rua (2007) continua afirmando que a modernidade que se refere não está relacionada à reflexão dos filósofos, mas sim à modernidade de caráter histórico e social, concreta, relacionada, em nosso ponto de vista, ao desenvolvimento. O próprio autor reconhece que essas duas últimas manifestações da modernidade (socioespacial e de caráter histórico) ocorrem sincrônica e diacronicamente, e, portanto, a dimensão histórica enfatizada por uma, soma-se à

dimensão socioespacial da outra. É a essas duas visões restritivas de modernidade que nós nos referiremos ao criticar o desenvolvimento, concebido pela maioria, como parte da modernidade, vista restritivamente como modernização.

Nesse sentido vemos na cidade de Nova Friburgo a manifestação do processo ligado à modernização, no sentido que as formas e as estruturas da cidade vêm se modificando para que ela fique mais adequada às características do capitalismo em sua contemporaneidade. Sendo assim, em um primeiro momento, foi necessário se criar uma cultura organizada em bases fordistas, em que a tradição de trabalho livre deveria ser construída naquele espaço para se gerar desenvolvimento e modernização, pois era a maior alternativa que as concepções positivas viam naquele momento. Para essas teorias, baseadas em concepções evolucionistas, criar a cultura com base e estruturas europeias brancas e livres era a alternativa para se gerar capital moderno e industrial.

Assim, a cidade de Nova Friburgo surgiu através de tradições construídas socialmente por agentes que pretendiam gerar desenvolvimento e obter capital daquele e naquele espaço. A cidade se estrutura em uma base alicerçada na produção fordista e taylorista através do capital financeiro internacional que se manifesta e reproduz na cidade durante décadas. Podemos perceber este processo a partir das materialidades que ainda se apresentam no espaço da cidade: a Igreja Luterana, o Edifício Itália que possui formato da suástica fascista, as grandes plantas industriais fordistas, os bairros operários (hoje bem descaracterizados). As materialidades e imaterialidades ajudam a construir a história da cidade, e essa história se torna um elemento para a produção e reprodução do capital, pois essas características e tradições são apropriadas na contemporaneidade, pois se tornam elementos de interesse do capital, porém sempre de uma forma diferenciada.

A defesa da indústria como sinônimo de progresso, bem-estar material, deveria estar associada às condições de salubridade, beleza e encantamento encontrados em Nova Friburgo. Essas condições naturais, típicas deste município, deveriam se ligar ao crescimento industrial, responsável pela criação de uma base sólida e indestrutível. Até mesmo outros municípios que não possuíam os atributos encontrados em Nova Friburgo viviam situações decorrentes da implantação industrial. A questão do progresso passa a ser vista como condição de

felicidade e, a felicidade passa a ser reconhecida como consequência da implantação da indústria.

Araújo (2003) nos apresenta um exemplo deste processo, o jornal de Galdino do Valle Filho assumia a bandeira do ideal progressista necessariamente decorrente da fixação da indústria na cidade, encerrando o editorial com estas palavras:

“Apellamos para um iconoclasta, viesse de onde viesse, que destruísse os ídolos e abrisse para esta terra uma era de progresso e felicidade, que tivesse como base sólida, indestrutível, o trabalho e a honestidade”.

Um dos processos decorrente da chegada dos fatores relacionados à modernidade no município é a construção da usina hidrelétrica Hans, no bairro de Mury. Nela estavam associados capitais de empresários de origem alemã e elites locais representados por Galdino do Vale. Houve um momento simbólico no início do século XX que representou a chegada da energia elétrica na cidade: a destruição dos lampiões a gás. Em seguida, a invasão e conseqüente destruição do prédio da Câmara simbolizavam os estertores de um poder municipal nitidamente oligárquico e sua substituição por uma nova elite que, embora fosse conservadora, era defensora de novos interesses identificados com a indústria, sinônima de modernidade. Em conclusão, torna-se necessário reiterar que o processo político friburguense, evidenciado no momento do episódio do “quebralampiões”, possibilitou a associação entre o fato econômico (implantação industrial) e um fato político que foi a vitória dos aliados de Galdino que representava os interesses industriais em detrimento dos políticos que estavam no poder que eram ligados à oligarquia agrária. Esse dia ficou conhecido como o “dia da quebra dos lampiões” e ocorreu em 17 de maio de 1911.

Vemos que na cidade de Nova Friburgo sempre existiu uma grande influencia do capital privado. Segundo Araújo (2003), existia na cidade uma lei que permitia a Julius Arp e Cia o direito de escolher aquelas empresas que poderiam se instalar no espaço friburguense. Inegavelmente, esta cláusula aponta as condições excepcionais em que foram se instalando as novas empresas na cidade, assim como clarifica o enorme poder concedido pela Câmara Municipal especificamente ao empresário Julius Arp. Em suma, em se tratando de indústrias

modernas que necessitavam de energia elétrica, sua implantação em Nova Friburgo dependia da aceitação de um empresário do setor privado. Interessante notar a concentração do poder industrial em relação ao proletariado na época. O poder neste momento se concentrava nas mãos de um grande capitalista industrial, pois ele detinha o poder sobre a única fonte de energia.

O mesmo autor conclui que é possível estabelecer aí as origens históricas do papel hegemônico desempenhado pelos empresários de origem alemã nas terras friburguenses. A empresa de eletricidade, já iniciando suas operações a partir de 1911, passou a exercer um papel de grande importância no processo de implantação de novas empresas e no direcionamento da ocupação do espaço municipal. Por outro lado, percebemos a presença crescente de empresários alemães na economia de Nova Friburgo. Como se pode verificar, por exemplo, na lista de sócios da própria empresa de eletricidade, que tinha Julius Arp como sócio majoritário; e como sócios minoritários os seguintes empresários: Maximilliann Falck, H. Mutzenbecher, H. Grube, Alfredo Von Sydon, Markus Sinjen, Johannes Haasis, B. Wallnelt⁵⁴. Gostaríamos de lembrar que desta lista, além de Arp, Falck e Sinjen terão um papel importantíssimo na implantação da indústria em Nova Friburgo.

Araújo (2003) segue fazendo um panorama do processo de industrialização da cidade de Nova Friburgo, apontando seus principais atores sociais, tendo Julius Arp como sujeito principal ativo nesse processo. Após garantir o controle do fornecimento da energia elétrica, Julius Arp adquiriu terras dos herdeiros do Barão de Nova Friburgo, às margens do rio Cônego e próximo à Praça Paissandu, dando início à Fábrica de Rendas M. Sinjen & Cia (ainda no mesmo local, hoje abriga um restaurante, o polo de desenvolvimento tecnológico da SEBRAE e confecções). É bom lembrar que Markus Sinje foi gerente e procurador da Arp & Cia além de acionista da companhia de eletricidade. Em junho de 1911, chegam as primeiras máquinas alemãs, iniciando-se a produção de rendas, com 36 empregados. Em 1913, há uma diversificação da produção, quando a empresa importa da Alemanha um pantógrafo que produzia rendas bordadas em filó grosso de sete jardas. Para esse setor da produção, foi contratado o alemão Afons Grabers, encarregado da manipulação e operacionalização do

novo maquinário. A princípio, a direção desta empresa estava a cargo de Ernesto Kappel, e para dirigir a empresa de eletricidade foi contratado, em 1915, o empresário alemão Heinrich Hans W. Schmidt (represa que localiza-se no bairro de Mury e ainda recebe o sobrenome do dirigente, Usina Hans).

A Guerra Mundial que explodira em 1914 provocou algumas dificuldades nas relações entre Brasil e Alemanha e, conseqüentemente, tal fato implicou o surgimento de dificuldades maiores no que concerne à importação de novas máquinas para as empresas de alemães em Nova Friburgo. Um fato digno de nota foi a apreensão de navios alemães pelo governo brasileiro em 1917 e, nesta ocasião, a tripulação dos navios foi feita prisioneira. Em Nova Friburgo, foram internados 227 alemães em duas casas de alvenaria e quatro barracões de madeira. A esses prisioneiros era permitido empregar-se nas empresas da cidade, desde que fosse mediante comunicado à 1º comissão militar. Alguns prisioneiros foram empregados nas fábricas de Nova Friburgo, destacando-se a figura do oficial Richard Hugo Otto Ihns o qual, em 1919, assumiu a direção da Fábrica de Rendas, tornando-se, logo a seguir, sócio da empresa, sendo um dos seus diretores até 1960.

Araújo continua relatando que em janeiro de 1925, era fundada em Nova Friburgo a Fábrica de Filó S/A instalada em um grande terreno na Vila Amélia, nas proximidades da Estrada de Teresópolis, próximo também à Praça do Suspiro. Sua criação em Nova Friburgo está ligada à crise capitalista vivida pela Alemanha na conjuntura dos anos 20, assim como às negociações incrementadas por Julius Arp com o intuito de atrair novas empresas para esta cidade. Ernesto Otto Siems, filho do proprietário de uma fábrica de filó, localizada em Plauen, Alemanha, encontrara-se com Arp num cruzeiro marítimo e este o convencera a instalar uma fábrica de filó em Nova Friburgo. Foi então, criada a fábrica de Filó, nesta cidade, como sociedade anônima, produzindo filó liso, rendas valencianas e derivados destes artigos, tecidos de estofamento e decoração.

Conclui-se que na cidade foram os capitalistas alemães os principais atores do processo de industrialização. Estes desempenharam um papel de protagonistas neste processo, pois vieram capitalizados de seus países e construíram as infraestruturas necessárias para se gerar desenvolvimento, ou aquilo que foi

considerado desenvolvimento durante o período em que o fordismo e taylorismo foram as principais formas de produção e reprodução das relações de produção na cidade.

Durante este período (final do século XIX até crise do capitalismo fordista/taylorista, na década de 70 do século XX) a cidade de Nova Friburgo se moderniza e desenvolve segundo o padrão de desenvolvimento ocidental baseado na ciência positivista, que a partir de 1970 enfrentou a crise do modelo de pensamento único, por não atingir os seus objetivos principais: gerar o desenvolvimento idealizado pelas teorias dos Estados de bem estar social e por teorias de cunho evolucionista e desenvolvimentista. O que provocou uma procura em relação aos discursos de desenvolvimento local, que se contrapunham a concepção tradicional de desenvolvimento até então. Este processo acarretará em outra forma de organização urbana e uma diferente lógica de produção do espaço causando distintas implicações à cidade.